

Análise do **desenvolvimento turístico** e da Denominação Designada pelo Governo para qualificar cidades como **destinos indutores do turismo** em Minas Gerais, Brasil *

MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER ** [magnus@ufv.br]

ÉRICA BERANGER SILVA SOARES *** [ericaberanger@gmail.com]

Resumo | O objetivo deste trabalho é compreender as interpretações de atores locais que atuam no turismo sobre o desenvolvimento turístico em destinos indutores no Estado de Minas Gerais, Brasil. Em termos metodológicos, é um estudo qualitativo e emprega técnicas de análise de conteúdo. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas e pesquisa documental. Os resultados envolvem a caracterização dos destinos considerando indicadores relacionados às dimensões econômica, cultural e organizacional para o desenvolvimento turístico. Observou-se que a Denominação Designada pelo Governo de Minas Gerais para qualificar as cidades estudadas como destinos turísticos não se apresentou adequada, o que permitiu criar Grupos de Caracterização Turística. Por fim, verificou-se que, em quase todos os destinos estudados, a comunidade permanece alheia ao desenvolvimento da atividade turística, indicando que o turismo nestes locais ainda é uma atividade compreendida e desejada por poucos.

Palavras-chave | Administração pública do turismo, Gestão de destinos, Planeamento do turismo.

Abstract | The objective of this work is to understand the interpretation of local stakeholders, who work within the tourism sector, about the tourism development in inductor destinations in the state of Minas Gerais, Brazil. In methodological terms, it is a qualitative study and the method of content analysis was used. The data were collected through interviews and documents. The results involve the characterization of the destinations considering indicators related to economic, cultural and organizational dimensions for tourism development. It was observed that the Designated Denomination granted by the government of Minas Gerais to qualify some cities as tourist destinations did not appear to be adequate, allowing creating Groups of Tourist Characterization. Finally, it was found that, in almost all the studied destinations, the community remains oblivious to the development of the tourist activity, indicating that tourism in these places is still an activity understood and desired by only a few people.

Keywords | Public administration of tourism, Destination management, Tourism planning.

* Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio concedido para realização e apresentação desta pesquisa.

** **Doutor em Ciências Humanas** pela Universidade de Minas Gerais. **Professor** na Universidade Federal de Viçosa, e Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos.

*** **Mestre em Administração** pela Universidade Federal de Viçosa. **Membro** do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos.

1. Introdução

Destinos turísticos tem se revelado gradualmente um tema de interesse de diferentes indivíduos como acadêmicos e gestores de organizações públicas e privadas em diversos países, inclusive no Brasil. Este interesse mútuo pelo tema tem sido associado ao possível desenvolvimento socioeconômico que determinados territórios, normalmente, cidades, com seus atrativos naturais e/ou artificiais (criados pelos indivíduos) podem propiciar por meio da atividade turística.

No Brasil, historicamente a gestão de destinos tem sido conduzida de diferentes formas, com a participação ou a ausência do Estado. Mas, desde a criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, é possível observar ações nacionais para a institucionalização de cidades como destinos turísticos, como o Programa de Regionalização do Brasil – Roteiros do Brasil, que buscou desconcentrar a oferta de bens e serviços turísticos, visando interiorizar a atividade e a inserção de novos destinos nos roteiros comercializados.

Esse programa de regionalização serviu de referência para o MTur elaborar, no escopo do Plano Nacional de Turismo ‘Uma viagem de inclusão’ (2007-2010), o projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, lançado em 2008.

Desde então, o objetivo desse projeto tem sido induzir o desenvolvimento regional por meio de 65 destinos nacionais que “possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos” (Ministério do Turismo, 2008). Somado a isso, o MTur tem coproduzido anualmente o Estudo de Competitividade destes destinos, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando contribuir com suas avaliações para gestão de destinos.

Este projeto Destinos Indutores lançado pelo governo federal do Brasil, também foi implantando por governos estaduais como o de Minas Gerais, que por meio de sua Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), passou a designar e a desenvolver

destinos turísticos em nível estadual. Vale comentar que Minas Gerais é uma unidade federativa situada na macrorregião sudeste do Brasil, cujas dimensões territoriais são análogas a países como França, a Suécia, a Espanha e o Japão, e os números de sua economia são equivalentes a países como Israel, Irlanda, Chile e República Tcheca (Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, 2013).

Neste sentido, no período 2007-2009 a SETUR designou 16 cidades com potencialidades para serem gerenciadas como destinos indutores estaduais. A partir dessa Denominação Designada (DD) pela SETUR para reconhecer e publicizar essas 16 cidades de Minas Gerais como destinos indutores do turismo regional, surgiu a questão que motivou esta pesquisa: Como os atores locais que atuam na atividade turística dessas cidades interpretaram o desenvolvimento turístico associado a esta nova denominação ‘destinos indutores do turismo’, designada pelo governo de Minas Gerais, por intermédio da SETUR?

Desta forma, compreender as interpretações de atores locais que atuam no turismo nesses destinos turísticos é importante para verificarmos a aderência e adequabilidade das denominações para fins turísticos com o escopo de propiciar imagem e gestão de destinos coerentes com as identidades e os atrativos socialmente construídos nos territórios. Assim, pressupomos que a aderência e adequabilidade de denominações territoriais socialmente compartilhadas são importantes para o desenvolvimento turístico com vistas à sustentabilidade. Aliás, um dos interesses da gestão de destinos é o desenvolvimento turístico, o que torna necessário fazermos uma revisão de literatura para auxiliar na operacionalização deste estudo.

2. Desenvolvimento e destinos turísticos

Discussões sobre as teorias de desenvolvimento têm sido constantes no âmbito das diferentes áreas das ciências sociais. Trata-se de um processo que apresenta muitas faces, como a social (Furtado,

2003), apesar de ter sido tratado pela maior parte das teorias de desenvolvimento em termos estritamente econômicos como a elevação da produtividade do fator capital. Gava (2009) utiliza o termo economia do desenvolvimento no lugar da teoria do desenvolvimento, baseando-se em argumentos que caminham no sentido oposto dos que defendem o monetarismo como forma de articulação do desenvolvimento, centralizando-se na ação coletiva local.

Apesar de ser uma atividade essencialmente comercial, o turismo pode ser absorvido de diversas maneiras pelas culturas e modos de produção nos destinos, configurando-se como prática social, econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores, se configurando como uma atividade contraditória que ao mesmo tempo transforma o espaço em mercadoria (massificando culturas e atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos residentes), mas que também cria oportunidades de ganhos para a comunidade onde a atividade se estabelece (Coriolano, 2006).

Recentemente, teóricos estão se voltando para o conceito de sustentabilidade, seguindo a tendência mundial, incluindo definições de desenvolvimento turístico sustentável que estão direcionadas a

uma visão mais holística da realidade, valorizando aspectos ambientais (Dymond, 1997; Hall, 2004; Barretto, 2005; Ruschmann, 2010). No Brasil, Beni (2008) propôs um desenvolvimento integrado por meio do Sistema de Turismo (SISTUR), que se baseia na Teoria dos Sistemas, envolvendo os subsistemas econômico, social, cultural e ecológico.

Seguindo essa tendência no Brasil, Tomazzoni (2009) desenvolveu um modelo de Arranjo Produtivo Local no Turismo, com elementos e indicadores, em que o desenvolvimento do turismo acontece em três dimensões: econômica¹, cultural e organizacional, conforme quadro 1. Neste modelo, essas dimensões e seus respectivos elementos se relacionam e interferem entre si. Assim, uma análise sobre desenvolvimento turístico em destinos pode considerar todos ou alguns dos elementos expostos. A utilização das dimensões do modelo neste estudo é justificada pelo enfoque regional trabalhado por Tomazzoni (2009), bem como pela diversidade e detalhamento de seus indicadores, que se aprofundam na análise do desenvolvimento de destinos em relação ao tratado por Buhalis (2000). Como as unidades de análise incluem destinos turísticos que foram estabelecidos como indutores do desenvolvimento turístico regional, tal proposta se mostrou adequada para auxiliar as análises.

Quadro 1 | Elementos e indicadores das dimensões econômica, cultural e organizacional para análise do desenvolvimento do turismo segundo Tomazzoni.

DIMENSÃO ECONÔMICA	
Elementos	Indicadores
Configurações da oferta e demanda	Número de hotéis e pousadas, unidades habitacionais e leitos hospedeiros; número de restaurantes, lanchonetes e capacidade de atendimento; situação da concorrência entre as empresas; principais atrativos naturais; potencialidade e vocações turísticas; oportunidade de novos negócios.
Desempenho	Turistas que ingressam anualmente; gastos médios com turistas; taxas médias de ocupação dos meios de hospedagem nas temporadas de cada estação; fluxo turísticos em roteiros e atrativos; empregos gerados pelo setor.
Exportação	Procedência e tempo de permanência dos turistas; eficácia das iniciativas de marketing; atuação de agência de turismo; parcerias das organizações para comercialização.
Circuito produtivo	Reinvestimento e retornos do turismo; impulso do turismo à diversificação das atividades; presença de filiais de grupos empresariais externos; disponibilidade de fornecedores locais de equipamentos, insumos e matérias-primas.
Interatividade extrarregional	Contribuição das regiões vizinhas ao ingresso de turistas na região; Participação e influência da região no fluxo turístico às regiões vizinhas; Parcerias da região com outras regiões para intercâmbio, cooperação e projetos.

¹ Para fins desta pesquisa, trabalhou-se somente com a categoria turismo na dimensão econômica.

Quadro 1 | Elementos e indicadores das dimensões econômica, cultural e organizacional para análise do desenvolvimento do turismo segundo Tomazzoni (cont.).

DIMENSÃO CULTURAL	
Elementos	Indicadores
Aspectos históricos	Principais fatos da história de cada município, considerando evolução política e socioeconômica; bibliotecas e publicações; evolução dos eventos (festas populares) e do turismo (criação de empreendimento, empreendedores pioneiros); valorização da história como atrativo.
Acervos e incentivos	Organizações especializadas em guardar documentos e realizar pesquisas (centros culturais, arquivos históricos); estudos sobre lendas, dialetos, mitos, crenças, tradições, religiões e patrimônios históricos; realização de eventos de caráter científico-cultural (seminários, congressos); articulação e união municipal e regional das entidades culturais; programas municipais e legislações de apoio; elaboração e visualização de projetos por meio de leis estaduais e federais; atuação e investimentos da iniciativa privada.
Preservação estética e autenticidade	Conservação do patrimônio edificado urbano antigo; harmonia, coerência e identidade cultural das construções modernas; pátios e parques temáticos de evocação étnica; museus e fundamentação histórica local; valorização dos patrimônios da arquitetura do meio rural; legislação de tombamento do patrimônio histórico; manutenção de parques, praças e avenidas.
Produtos e atrativos culturais	Produção de artesanato com autenticidade e originalidade; organização da produção do artesanato; gastronomia típica, com cardápios de base histórica e sabores locais; roteiros e passeios urbanos e rurais com relatos da história e demonstração do estilo de vida local; ambientação de espaços turísticos (hotéis, restaurantes).
Animação	Organizações dedicadas à produção artística (música, canto, dança); apresentações de grupos artísticos – corais, bandinhas, teatros – para os turistas. espaços para apresentações artísticas em estabelecimentos turísticos (meios de hospedagem e alimentação); Intercâmbio e integração regional por meio da arte local.
Motivação e satisfação da comunidade	Espontaneidade dos núcleos urbanos e rurais em receber e interagir com os turistas; contribuições dos grupos artísticos-culturais para a autoestima por meio do turismo; oportunidades de participação da comunidade em programações artístico-culturais.
DIMENSÃO ORGANIZACIONAL	
Elementos	Indicadores
Poder e capital social	Atores responsáveis pelas decisões de investimentos e realização de projetos turísticos; articulação das entidades para coordenação de iniciativas como eventos e campanhas promocionais; influência das vinculações político-partidárias e conflitos de interesses entre grupos econômicos; atuação e apoio da mídia em benefício das iniciativas; dedicação voluntária e colaboração de representantes da comunidade a comissões ou entidades; comunicação entre os segmentos regionais e comunidades.
Gestão sistêmica	Estrutura operacional de comitês, conselhos para coordenação central do turismo regional; definições de funções, responsabilidades e tarefas; apoio técnico para a realização de projetos com objetivos comuns de abrangência regional; ações para fomento do associativismo; representatividade da participação das organizações nos programas regionais; comunicação entre os segmentos regionais e comunidades.
Divulgação e imagem	Posicionamento da região em relação a outros polos; importância e eficácia da divulgação; principais veículos, abrangência e viabilidade; responsabilidade dos emissores e adequação dos conteúdos das matérias enviadas à imprensa; qualidade e viabilidade financeira da produção publicitária; criatividade na formação de parcerias para espaços na mídia; aspectos e atributos turísticos mais evidenciados pelos veículos de comunicação.
Mercadologia e comercialização	Realização de pesquisas de satisfação dos turistas pela organizações e empresas; influência das opiniões dos turistas sobre empresas e segmentos; realização de eventos (festas, feiras, congressos) e organização de calendário regional; captação de feiras e congressos; campanhas de redução turística para redução da sazonalidade e aumento da ocupação; atuação de empresas especializadas – biros de convenções e agências; participação regional integrada em feiras e eventos; adequação da oferta aos segmentos de mercado.
Planejamento	Aprendizado com a superação de crises e adversidades; realização de planejamento estratégico pelas organizações da gestão sistêmica do turismo; diagnóstico da qualidade da oferta; modelos e prioridades das gestões públicas municipais; disponibilidade e acesso a linhas de crédito bancário.
Empreendedorismo e inovação	Perfil cultural dos empresários; perfil comportamental das comunidades (iniciativa ou comodismo); postura frente a desafios e incertezas (persistência ou imediatismo); monitoramento de oportunidades e ameaças das mudanças; criação de atrativos por meio de parcerias entre poder público e iniciativa privada; criação de novos produtos e serviços turísticos (roteiros, gastronomia, hospedagem, programações); prospecção de novos mercados.
Conhecimento	Estratégias integradas de competitividade do turismo regional; programas de qualificação profissional para as diversas áreas e níveis; programa de capacitação de empreendedores; oferta e demanda de programas e cursos de capacitação e qualificação em várias áreas e níveis; valorização da atualização e do aprendizado pelos empreendedores; atuação das escolas e universidades locais; realização de viagens e missões de estudo e pesquisa por empresários e gestores públicos; reconhecimento pelos contextos nacional e internacional da região e dos municípios como referenciais; influência dos gestores locais na difusão de informações por meio de participação em reuniões e congressos.

Fonte: Adaptado de Tomazzoni (2009).

O entendimento de desenvolvimento turístico nesta pesquisa está relacionado a destinos turísticos. Assim, A noção adotada para destino turístico é o de um local, normalmente uma cidade, onde o visitante pernoita e encontra condições para se hospedar e experimentar a gastronomia, bem como realizar atividades recreativas que possam ser feitas em um dia (OMT, 2005). O destino turístico possui limites físicos e administrativos que definem a sua gestão, imagens e percepções que determinam sua competitividade no mercado (Buhalis, 2000; Dwyer & Kim, 2003).

Observa-se nesta noção que destino turístico é um território (país, região, estado, cidade) que recebe turistas (Hall, 2004), onde o mesmo deve ser visto e entendido como um produto turístico (Cooper, Fletcher, Fyall, Gilbert & Wanhill, 2007; Wallingre, 2009). No entanto, Dymond (1997) e Hall (2004) comentam que a indústria do turismo deve estar atenta e ser sensível às necessidades da comunidade local, além de ser aceita por ela. Tal situação é essencial para que a atividade se sustente por um longo prazo, sendo parte da comunidade e não uma imposição.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa qualitativa envolveu como sujeitos da pesquisa, pessoas que atuam em entidades coletivas e representativas do turismo em nível local e estadual de Minas Gerais nos 16 municípios que são considerados destinos indutores do desenvolvimento turístico no estado. Tais entidades, públicas e privadas, foram selecionadas de forma não probabilística por tipicidade, já que é constituída pela seleção de elementos representativos da população-alvo.

Os *loci* desta pesquisa (Figura 1), segundo a SETUR do Governo de Minas Gerais, abrangem os municípios considerados como indutores do desenvolvimento turístico até 2009: Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, São João Del Rei, Sete Lagoas, Santana do Riacho, Poços de Caldas, São Lourenço, Juiz de Fora, Camanducaia, Caxambu, Maria da Fé, Caeté, Araxá e Capitólio.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental e de campo com saída de Viçosa, sede do grupo de pesquisa. Na documental, foram consideradas as ações realizadas pela SETUR e dados já levantados pela secretaria e organizações do setor. Já a pesquisa de campo ocorreu por meio de entrevistas, por permitir a obtenção de dados significativos, incluindo situações de espontaneidade, importantes para revelar percepções das pessoas (Schlüter, 2003).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 | Mapa de localização dos destinos indutores do turismo de Minas Gerais, Brasil.

Para as entrevistas, foi elaborado um roteiro semi-estruturado que levou em consideração os indicadores de Tomazzoni (2009) relacionados à caracterização dos destinos, que consideram as semelhanças entre os destinos indutores e as dimensões econômicas, culturais e organizacionais. Esses indicadores serviram como temas para a análise do conteúdo dos dados. Segundo Bardin (2009), o tema é mais utilizado como unidade de registro em estudos como este que trata de motivações, opiniões, atitudes, valores, crenças e tendências. O critério de identificação e enumeração escolhido foi o de presença/ausência dos temas e a categorização ocorreu por meio do processo de caixas e gavetas, já que as categorias já estavam formadas com base nas dimensões de Tomazzoni (2009).

4. Destinos indutores e desenvolvimento turístico em Minas Gerais, Brasil

Os destinos indutores mineiros estudados correspondem aos cinco destinos indutores escolhidos pelo Ministério do Turismo para serem trabalhados no intuito de alcançarem um padrão de qualidade internacional, e mais onze destinos escolhidos pela SETUR (2009) para serem trabalhados de acordo com o padrão de qualidade nacional, conforme figura 2.

DESTINOS INDUTORES NACIONAIS	DESTINOS INDUTORES MINEIROS
Belo Horizonte	Araxá
Diamantina	Caeté
Ouro Preto	Camanducaia (Monte Verde)
Tiradentes	Capitólio
São João Del Rei	Caixambu
	Juiz de Fora
	Maria da Fé
	Poços de Caldas
	Santana do Riacho (Serra do Cipó)
	São Lourenço
	Sete Lagoas

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (2010).

Figura 2 | Classificação em destinos indutores nacionais e mineiros.

De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (2010), os critérios adotados para escolha dos destinos mineiros incluíam: a participação em uma Associação de Circuito Turístico; estar inserido no Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos; representar um segmento turístico prioritário; ter produtos comercializados pelo mercado; ter operadores receptivos participantes no Programa Minas Recebe; e possuir infraestrutura básica e turística, além de atrativos

qualificados. O referido Programa tem como objetivos: organizar e qualificar o setor receptivo mineiro, fortalecer empresas, organizar a oferta de produtos turísticos estaduais e proporcionar confiabilidade e segurança na operação dos destinos mineiros (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 2010).

Considerando os segmentos turísticos definidos como prioritários pela SETUR, tem-se a configuração apresentada na figura 3.

NEGÓCIOS	Belo Horizonte / Juiz de Fora / Araxá / Ouro Preto	BEM-ESTAR	Araxá / Caxambu / Poços de Caldas / São Lourenço
CULTURA	Ouro Preto / Diamantina / Tiradentes / São João del Rei / Belo Horizonte	NÁUTICO E PESCA	Capitólio
RURAL	Maria da Fé	ESTUDOS E INTERCÂMBIO	São João del Rei
NATUREZA E AVENTURA	Camanducaia (Monte Verde) / Santana do Riacho (Serra do Cipó) / Sete Lagoas	RELIGIOSO	Caeté

Fonte: Adaptado de Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (2010).

Figura 3 | Destinos indutores de Minas Gerais por segmentos turísticos.

De acordo com estas informações, observa-se que alguns destinos indutores aparecem em mais de um segmento turístico como é o caso de Belo Horizonte, Ouro Preto, São João Del Rei e Araxá. Apesar de ser considerado destino referência em estudos e intercâmbio, os atores entrevistados de São João Del Rei não consideram que esta seja a principal vocação turística da cidade, cujo apelo histórico e cultural é muito forte. Além disso, em três anos não foi percebido (pelos atores locais) nenhum incremento ao segmento de estudos e intercâmbio na cidade.

Sete Lagoas é trabalhado como destino indutor em razão de um atrativo natural, que é a Gruta Rei do Mato. No entanto, o crescimento industrial pelo qual a cidade tem passado nos últimos anos demonstra potencial e características mais próximas do segmento turismo de negócios. O mesmo aconteceu com Araxá, mas diferentemente de Sete Lagoas, tal destino foi incluído na Rede de Turismo de Negócios.

Juiz de Fora é tratado apenas como um destino de turismo de negócios, apesar de ter o turismo cultural, principalmente ligado a shows e eventos, como um grande atrativo de turistas da região.

Maria da Fé é reconhecida como um destino de turismo rural, principalmente por ter sido escolhida como local para implantação do projeto referência do Sebrae no segmento na década de noventa, no entanto, nos últimos anos a cidade tem desenvolvido o turismo cultural, principalmente em razão da sua produção artesanal e do Festival de Arte e *Design*.

Além das considerações sobre segmentação, também foram identificadas algumas questões

relacionadas aos critérios de escolha dos destinos indutores: alguns municípios não possuem infraestrutura básica e turística, mas apenas um potencial para o desenvolvimento turístico; alguns destinos foram tratados como prioritários para determinado segmento, no entanto, durante as visitas e considerando as entrevistas realizadas, observou-se que o segmento priorizado não necessariamente reflete a verdadeira vocação do destino; observou-se que o projeto foi imposto a algumas localidades, apesar dos atores locais não considerarem o turismo como uma atividade necessária, opondo-se a noção de destino proposta por Hall (2004).

Estas considerações levantam o questionamento: será que todos os destinos trabalhados pelo governo de Minas Gerais, por meio da SETUR, são realmente indutores do desenvolvimento turístico regional? Para responder, buscou-se compreender o conhecimento dos atores sobre o tema desenvolvimento turístico e seus desdobramentos nos destinos indutores. Essa compreensão é fundamental para os planejadores do desenvolvimento turístico, pois contribui para a identificação dos aspectos favoráveis e desfavoráveis das comunidades em relação ao turismo (Pearce & Moscardo, 2002).

Observou-se que o maior número de respostas referiu-se a um aspecto econômico da atividade turística, que é a geração de emprego e renda. No entanto, o desenvolvimento com sustentabilidade apareceu em seguida, demonstrando a existência de preocupação com os aspectos ambientais, culturais e sociais, além do econômico.

A integração no turismo também foi um ponto bastante abordado. Observou-se que já existe o conhecimento sobre a importância da atuação em conjunto do poder público, da iniciativa privada e da sociedade no âmbito dos destinos, apesar de esta não ser verificada na prática. A continuidade das ações proporcionada pela existência de um planejamento voltado para os destinos também foi mencionada.

A análise das diversas características apontadas na pesquisa mostra que existe por parte dos atores locais um conhecimento das tendências e abordagens contemporâneas relacionadas ao tema 'desenvolvimento turístico', que de acordo com a teoria apresentada (Butler, 2002; Hall, 2004; Beni, 2008; Barretto, 2005; Cooper et al., 2007; Tomazzoni, 2009; Ruschmann, 2010) abrangem questões como a sustentabilidade da atividade, o planejamento integrado no turismo e a participação da comunidade. A existência desta percepção demonstra que os atores locais não estão alheios aos atuais desafios do setor turístico e que projetos relacionados a tais concepções podem ser bem aceitos e entendidos nestes locais.

Perguntou-se também aos atores locais: houve desenvolvimento turístico no destino no período 2007-2010? Observou-se que mais da metade dos entrevistados considera que as ações planejadas pelo Governo de Minas Gerais, por meio da SETUR, contribuíram para o desenvolvimento turístico em

seus destinos, mesmo que por meio de ações pontuais ou que a realização dos seus programas e projetos de alguma forma trouxe benefícios para estes locais. Ainda assim, 30% dos atores não perceberam nenhuma contribuição ou não souberam dizer se alguma ação da SETUR interferiu no desenvolvimento do destino durante o período 2007-2010.

Entre as principais motivações para o desenvolvimento dos destinos, destacam-se as características relacionadas a ações locais. Assim, observou-se que a maior parte dos entrevistados acredita que o desenvolvimento no destino resultou em razão da participação e da articulação das lideranças locais, representadas pelas principais entidades civis do destino e por interessados no turismo. No entanto, em várias entrevistas era perceptível que a articulação local havia sido impulsionada por um projeto criado pela SETUR para o destino, mas os atores não conseguiam enxergar isso, seja por ter uma visão de que o estado tem que trazer tudo pronto, ou porque o ator teve alguma frustração com alguma ação que não foi completada no destino, ou mesmo por concepções políticas.

Ainda em relação às motivações de desenvolvimento nos destinos indutores, realizou-se uma análise considerando as dimensões de Tomazzoni (2009). O intuito foi compreender como a percepção dos atores se relaciona com os indicadores de aspectos econômico, cultural e organizacional (Quadro 2).

Quadro 2 | Análise das motivações de desenvolvimento turístico nos destinos em estudo segundo as dimensões de desenvolvimento turístico de Tomazzoni (2009).

Dimensões	Variáveis	Total de respostas	Total de respostas por dimensão
Organizacional	Participação e articulação das lideranças locais	20	66
	Atuação e articulação do empresariado local	10	
	Divulgação do destino	9	
	Capacitação e qualificação da oferta turística local	5	
	Maior presença do Estado junto ao município – acompanhamento	3	
	Planejamento local	3	
	Profissionalização do trade turístico local	2	
	Comercialização dos destinos e visão de mercado da gestão estadual	2	
	Perfil técnico da gestão estadual	2	
	Mídia espontânea	2	

Quadro 2 | Análise das motivações de desenvolvimento turístico nos destinos em estudo segundo as dimensões de desenvolvimento turístico de Tomazzoni (2009) (cont.).

	Aumento de pesquisas e dados sobre o destino	2	
	Casa de Minas em SP	1	
	Valorização do turismo em alguns destinos	1	
	Desenvolvimento de roteiros e produtos turísticos	1	
	Desenvolvimento do plano de marketing	1	
	Atuação dos circuitos	1	
	Criação e/ou fortalecimento do Comtur	1	
Organizacional e econômica	ICMS Turístico	5	5
Econômica	Atuação do poder público local	6	30
	Aumento do número de eventos	5	
	Projeto específico para o destino	5	
	Aumento do fluxo turístico	3	
	Desenvolvimento industrial	3	
	Integração regional	2	
	Entrada de novos empreendimentos turísticos	2	
	Aumento de linhas aéreas para o destino	1	
	Cooperação regional	1	
	Importância dada ao turismo pelo governo estadual	1	
	Pavimentação de estrada	1	
	Não soube informar	2	2
Total de 56 respondentes		103	103

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a análise, a dimensão organizacional foi a mais representativa segundo as percepções dos atores sobre o desenvolvimento turístico ocorrido nos últimos anos nos destinos indutores. De acordo com Tomazzoni (2009), é nesta dimensão que se situam as ligações entre as diferentes organizações regionais do setor turístico, que se relacionam de forma contratual ou não e que se influenciam mutuamente.

Verificou-se em alguns destinos a inexistência ou a baixa interação entre comunidade e os atuantes no turismo. Vários atores mencionaram que a comunidade não valoriza o turismo na localidade ou mesmo não se enxerga como integrante da cadeia turística, apesar de fazer parte dela. Também foram encontrados casos onde a iniciativa privada não percebe no turismo uma atividade econômica potencial de investimento e casos onde os empresários consideram que não é necessário investir em qualificação e capacitação da mão-de-obra, pois acreditam que o local receberá turista de qualquer forma.

Ao longo da pesquisa, observou-se que os destinos indutores apresentam características diferentes e

semelhantes no que tange ao desenvolvimento turístico. Estas características foram identificadas por meio de sete cenários diferentes relacionados ao turismo, que passaram a ser chamados neste estudo de Grupos de Caracterização Turística. Cada grupo é identificado pelas características em comum dos destinos pertencentes e que durante a pesquisa se mostraram como mais determinantes em relação ao desenvolvimento turístico em tais localidades. Assim, tem-se a seguinte configuração:

- empresas de grande porte (não relacionadas diretamente à atividade turística) impulsionando o turismo: destinos em que a atuação de indústrias vem impulsionando o desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos, apontando para um possível desenvolvimento do turismo de negócios;
- articulação local se estruturando: destinos onde se verificou um princípio de integração e participação local em prol do desenvolvimento do setor turístico;
- micro e pequenas empresas (relacionadas dire-

- tamente à atividade turística) impulsionando o turismo: destinos onde a atividade turística é impulsionada pela atuação da iniciativa privada, principalmente pelos representantes da hotelaria;
- poder público municipal conduzindo o turismo: destinos onde a atividade turística ainda está muito atrelada à atuação do poder público executivo municipal. Observa-se uma movimentação de articulação entre iniciativa privada e poder público e um engajamento da iniciativa privada, mas o poder público ainda é o principal mobilizador.
 - destinos desarticulados localmente: destinos que induzem o turismo regionalmente, mas onde questões culturais (como a cultura local de acomodação), principalmente da iniciativa privada, ainda é um fator que dificulta a articulação e mobilização local.
 - destinos com potencial turístico, mas ainda não indutores: destinos com equipamentos e serviços turísticos precários, mas que são considerados potenciais para o desenvolvimento turístico em razão do segmento de atuação.
 - Capital: concentração de ações e atores: as capitais apresentam características diferenciadas em relação aos demais destinos indutores, sendo tratadas separadamente.
- De acordo com esta configuração encontrada nes-

ta pesquisa, são apresentados (Quadro 3) os principais apontamentos que relacionam os destinos indutores aos Grupos de Caracterização Turística.

As características apresentadas no quadro 3 expõem que os destinos indutores mineiros encontram dificuldades no processo de desenvolvimento turístico, sendo a maioria deles relacionados à: falta de planejamento turístico municipal, não existência de integração entre os diversos setores atuantes no turismo, a não valorização da atividade turística no destino, atuação excessiva da iniciativa privada, carência de infraestrutura básica de recebimento de turistas e falta de participação da comunidade.

Verificou-se que na maioria dos destinos não existe um planejamento municipal de turismo. Em alguns casos, notou-se uma movimentação em torno do planejamento, mas ainda em processo de elaboração e que, na maioria dos casos, é possibilitada por um princípio de articulação local. Nos destinos que apresentam planejamento municipal observou-se que, em alguns casos, este não foi resultado de um processo integrado entre as partes interessadas no turismo – poder público, iniciativa privada e sociedade. Verificou-se inclusive que, em um dos destinos, tal planejamento foi elaborado pelo poder público e aprovado na Câmara Municipal em tempo hábil para o envio do relatório do ICMS Turístico.

Quadro 3 | Características dos destinos indutores do desenvolvimento turístico regional de Minas Gerais (2007-2010).

GRUPOS DE CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA	DESTINOS
GRUPO 1 – Empresas de grande porte (não relacionadas diretamente à atividade turística) impulsionando o turismo	<p style="text-align: center;">ARAXÁ / SETE LAGOAS</p> <p>Cidades onde a prática industrial repercute no aumento da taxa de ocupação hoteleira – Araxá (mineração) e Sete Lagoas (chegadas de indústrias de ramos diversos). Empresários possuem dificuldade de entender a necessidade de qualificação da oferta. Ambas as cidades possuem um grande atrativo de turismo de lazer: Araxá – Grande Hotel e Sete Lagoas – Gruta Rei do Mato. No entanto, o turismo de negócios se apresenta como uma vocação importante, apesar dos poderes públicos ainda investirem no turismo de lazer. Observa-se que em ambas as cidades, poder público e iniciativa privada dialogam e estão tentando trabalhar em conjunto, mas a comunidade não é ativa.</p>
GRUPO 2 – Articulação local se estruturando	<p style="text-align: center;">OURO PRETO / TIRADENTES</p> <p>Cidades indutoras nacionais e que são as principais referências de destinos turísticos mineiros, além da capital. Induzem o turismo regionalmente, no entanto, a comunidade, apesar de usufruir do turismo como atividade econômica, sofre consequências negativas em razão de a atividade ter se desenvolvido sem planejamento. No entanto, observa-se atualmente uma articulação local em prol do planejamento do turismo nas cidades, destacando a atuação do Conselho Municipal de Turismo e a influência de um Circuito Turístico atuante. No entanto, comunidade ainda não se apresenta atuante nessa participação.</p>

Quadro 3 | Características dos destinos indutores do desenvolvimento turístico regional de Minas Gerais (2007-2010) (cont.)

GRUPOS DE CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICA	DESTINOS
GRUPO 3 – Micro e pequenas empresas (relacionadas diretamente à atividade turística) impulsionando o turismo	CAMANDUCAIA (MONTE VERDE) / CAPITÓLIO / CAXAMBU / SANTANA DO RIACHO (SERRA DO CIPÓ) / SÃO LOURENÇO
	Cidades onde a atividade turística é impulsionada pela atuação da iniciativa privada, principalmente pelos representantes da hotelaria. No entanto, em Caxambu não existe articulação entre poder público municipal e iniciativa privada, diferentemente das demais cidades. Também existem diferenças na atuação do Circuito Turístico. Comunidade não é participativa e apenas usufrui de alguns benefícios econômicos gerados pela atividade. Nota-se uma diferença dentro deste grupo em relação a Monte Verde e Serra do Cipó. Em ambos os destinos, as principais lideranças são da hotelaria e todos os dois são distritos de cidades que parecem não usufruir, nem querer participar do desenvolvimento turístico. Acrescenta-se ainda a forte atuação de pessoas de fora da cidade, que possuem seus negócios nos destinos, mas que não residem na localidade (principalmente na Serra do Cipó).
GRUPO 4 – Poder público municipal conduzindo o turismo	JUIZ DE FORA / POÇOS DE CALDAS
	Cidades onde a atividade turística ainda está muito atrelada à atuação do poder público executivo municipal. Observa-se uma movimentação de articulação entre iniciativa privada e poder público e um engajamento da iniciativa privada, mas o poder público ainda é o principal mobilizador. Em Juiz de Fora, observou-se que o ICMS Turístico está funcionando como um elemento para a valorização do turismo dentro do contexto público municipal.
GRUPO 5 – Destinos desarticulados localmente	DIAMANTINA / SÃO JOÃO DEL REI
	Destinos indutores nacionais, que induzem o turismo regionalmente, mas onde a cultura local de acomodação, principalmente da iniciativa privada, ainda é um fator que dificulta a articulação e a mobilização local. Existem ações pontuais do poder público local, mas ainda falta integração. No entanto, em ambas as cidades, observam-se movimentos de tentativa de articulação e integração impulsionados por entidades civis e de governança, como Sebrae e Circuito Turístico.
GRUPO 6 – Destinos com potencial turístico, mas ainda não indutores	CAETÉ / MARIA DA FÉ
	Destinos com infraestrutura turística deficiente, mas que são considerados potenciais turísticos. A atuação do Comtur em ambos os municípios ainda está muito atrelada ao poder público municipal e não existe integração, nem articulação entre poder público executivo municipal e iniciativa privada. A diferença é que em Maria da Fé os atores enxergam que o turismo deve ser a principal atividade econômica da cidade e parecem acreditar no turismo, ao contrário de Caeté, onde futuros investimentos em mineração se apresentam como possíveis impulsionadores para o crescimento econômico.
GRUPO 7 – Capital (concentração de ações e atores)	BELO HORIZONTE
	Possui características bem diferenciadas em relação aos demais destinos em razão de ser a capital. É o único destino, cuja entidade representante do turismo municipal participa do Comtur Estadual. Os atores deste destino também atuam nas entidades representativas estaduais. Por isso, em muitos momentos as respostas dos atores dessas entidades pareciam estar relacionadas apenas a este destino. É um dos destinos mais beneficiados pelas ações estaduais, em razão de ser a capital. No que tange à articulação dos atores dos destinos, observou-se que ela ainda é concentrada em algumas entidades representativas da iniciativa privada e no poder público executivo municipal.

Fonte: Elaboração própria.

A ausência de valorização da atividade turística também foi observada conforme quadro 3. Esta falta se reflete nos seguintes aspectos: comunidade não enxerga o turismo como uma atividade que a beneficia ou como sendo boa pra cidade; poder público local não acredita que o turismo traga benefícios para a localidade; utilização por parte de prefeituras de recursos destinados ao turismo para a realização de atividades voltadas para a população para fins eleito-

reiros; iniciativa privada trabalha a atividade turística apenas em prol de benefícios próprios; falta de investimentos por parte de governos no turismo, refletida no baixo orçamento dos municípios e do estado.

Em alguns destinos foi verificada a existência de integração entre as lideranças locais, mas observou-se que tais lideranças eram formadas apenas por representantes da iniciativa privada, o que pode ocasionar um direcionamento de ações para o

atendimento dos interesses de apenas um setor, que é movido pela lógica restrita do turismo como um negócio lucrativo e de interesse privado.

A carência de infraestrutura, tanto de equipamentos e atrativos turísticos quanto de serviços básicos também foi um aspecto observado em vários destinos e que foi corroborado pelos resultados dos estudos de competitividade. Dentre todas as deficiências, chama-se a atenção para a dificuldade de acesso, principalmente para os usuários de serviços de transporte aéreo e terrestre e que não utilizam transporte próprio para se deslocar aos destinos.

Por fim, observou-se que nos destinos onde já existe uma mobilização das lideranças locais e um início de participação (mas ainda tímida) de representantes de entidades civis, foram identificados indícios de integração no turismo que, de acordo com Butler (2002), começa pela aceitação do desenvolvimento do turismo tanto para os residentes locais quanto para os que utilizam os recursos turísticos. Tais indícios podem ser exemplificados pela elaboração participativa de um plano de turismo local, Conselho Municipal de Turismo funcionando de forma deliberativa e implementação efetiva do Fundo Municipal de Turismo.

Apesar de alguns atores não compreenderem a essência do projeto, o 'Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional' possibilitou a utilização estratégica, por parte de alguns destinos, das informações apresentadas nos Estudos de Competitividade. Foram encontrados casos onde os estudos dão os subsídios para a elaboração do plano municipal de turismo e que tais informações são utilizadas pelas prefeituras municipais. No entanto, alguns destinos não souberam aproveitar a ferramenta de informação disponibilizada e seus atores ainda questionaram a ausência de realização de pesquisas. Observou-se que alguns atores desconheciam o fato de o seu destino ser indutor e que outros não entenderam os critérios de escolha. Constatou-se também que, em alguns locais, tais documentos não estavam disponíveis nas prefeituras, em razão de trocas de gestores municipais e profissionais respon-

sáveis pelo setor turístico. Tal aspecto relaciona-se à questão da descontinuidade das ações em razão das mudanças de governos ou de gestores públicos e ao problema da rotatividade de profissionais no setor de turismo. A falta de treinamento dos gestores da SETUR para a utilização de tais pesquisas também foi apontada como um limitador do projeto.

5. Conclusões

A análise dos destinos em estudo permitiu observar que o desenvolvimento do turismo é interpretado principalmente enquanto atividade econômica, coadunando com a dominância da visão mercadológica da atividade verificada nos estudos científicos. Observou-se que vários dos indicadores organizacionais também se relacionam à manutenção econômica da atividade turística, como os que integram os elementos de: poder e capital social; divulgação e imagem; mercadologia e comercialização; empreendedorismo e inovação.

No entanto, o enfoque nos aspectos organizacionais e nos econômicos não querem sugerir ausência de sustentabilidade do turismo, porque a articulação local em alguns destinos, representa a busca pela organização dos interessados no desenvolvimento do turismo local. Foi observado neste estudo que esses interessados, vão além do governo local (Dymond, 1997), envolvendo os poderes públicos federal, estadual e municipal, organizações privadas e comunidade para a realização do planejamento turístico local mais integrado.

Além disso, chama-se a atenção para as características apontadas nos Grupos de Caracterização Turística, como proposta para revisão da denominação e da segmentação dos destinos estudados, pautada principalmente na percepção dos agentes locais interessados no desenvolvimento turístico. Estes Grupos mostraram que praticamente todos os destinos podem trilhar caminhos que não são os esperados para o desenvolvimento sustentável da

atividade, apesar de alguns já apresentarem alguma evolução relacionado à sustentabilidade, como os do grupo 2. Apesar disso, como a atividade turística em tais destinos desenvolveu-se sem planejamento, estes locais podem enfrentar dificuldades para caminhar no sentido da sustentabilidade da atividade.

Finalmente, respondendo à pergunta de pesquisa verificou-se que nem todos os destinos considerados indutores do desenvolvimento turístico regional podem ser considerados como tal. Observou-se que a Denominação Designada pela SETUR para qualificar algumas cidades estudadas como destinos não se apresentou adequada, ressaltando o problema para a gestão, de denominar destinos turísticos de forma *top-down*. As dimensões de Tomazzoni (2009) inspiraram a criação dos Grupos de Caracterização Turística que comprovaram a existência de destinos com potencial para o desenvolvimento sustentável do turismo, mas que ainda não apresentam todos os critérios elencados pelo governo de Minas Gerais, como fundamentais para ser destino indutor. Dentre eles, a questão da falta de infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados.

É ainda preocupante a verificação de que, em quase todos estes destinos, a comunidade permanece alheia ao desenvolvimento da atividade turística (mesmo nos destinos que já apresentam participação de alguns indivíduos com interesses pautados na coletividade), indicando que o turismo nestes locais ainda é uma atividade compreendida e desejada por poucos.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barretto, M. (2005). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 15-29.
- Beni, M. C. (2008). *Análise estrutural do turismo* (13ª ed.). São Paulo: SENAC.
- Buhalis, D. (2000). Marketing: The competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21(1), 97-116.
- Butler, R. W. (2002). Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In D. G. Pearce & R. W. Butler (Eds.), *Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos* (pp. 85-103). São Paulo: Contexto.
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., & Wanhill, S. (2007). *Turismo: Princípios e prática* (3ª ed.). São Paulo: Bookman.
- Coriolano, L. N. M. T. (2006). Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. In A. I. G. Lemos, M. Arroyo & M. L. Silveira (Orgs.), *América Latina: Cidade, campo e turismo* (pp. 367-378). San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Dymond, S. J. (1997). Indicators of sustainable tourism in New Zealand: A local government perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(4), 279-293.
- Dwyer, L., & Kim, C. (2003). Destination competitiveness: Determinants and indicators. *Current Issues in Tourism*, 6(5), 369-390.
- Furtado, C. (2003). *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gava, R. (2009). *Autodeterminação local e desenvolvimento: Uma análise da dinâmica social no município de São Roque de Minas*. Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento turístico* (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Ministério do Turismo (2008). *Programa de regionalização do turismo: Roteiros do Brasil*. Acessado a 12 de março de 2014, disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/0_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/00destinos_indutores.html
- Organização Mundial do Turismo [OMT] (2005). *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos. Guía práctica*. Madrid: OMT.
- Pearce, P. L., & Moscardo, G. (2002). Análise do turismo comunitário: Fazendo as perguntas certas. In D. G. Pearce & R. W. Butler (Eds.), *Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos* (pp. 47-67). São Paulo: Contexto.
- Ruschmann, D. (2010). *Turismo e planejamento sustentável* (16ª ed.). Campinas: Papyrus.
- Schlüter, R. G. (2003). *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph.
- Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (2010). *Diretrizes da política pública de turismo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Turismo.
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (2013). *Apresentação*. Acessado a 12 de março de 2014, disponível em <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/pt/sobre/institucional/apresentacao>
- Tomazzoni, E. L. (2009). *Turismo e desenvolvimento regional*. Caxias do Sul: Educs.
- Wallingre, N. (2009). La definición de productos en los destinos turísticos. In N. Wallingre & A. Villar (Eds.), *Desarrollo y gestión de destinos turísticos* (pp. 183-203). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.